

Na trilha dos Urupá: estudos de antropologia etnopedagógica

On the track of Urupá: anthropology studies etnopedagogia

Josélia Gomes Neves¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v0i30.382>

Resumo: O estudo ora apresentado trata de uma reflexão historiográfica de perspectiva educativa, elaborado no período de 2013 a 2016 em Ji-Paraná, Rondônia. Constitui um produto acadêmico oriundo da Linha de Pesquisa Antropologia Etnopedagógica: Povos Indígenas, Interculturalidade e Currículo, que tem se dedicado a estudar os povos indígenas da Amazônia na perspectiva da Lei Federal nº 11.645/2008. Essa Lei tornou obrigatório o ensino da história e da cultura indígena no currículo da educação básica das escolas brasileiras. Vale salientar que, desde 2005, o Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Ji-Paraná, tem elaborado estudos sobre a temática indígena. A pretensão é que este pequeno estudo contribua na agregação dos saberes locais e na lacunar História Regional sobre os Povos Indígenas de Rondônia – os de ontem e os de hoje. Trata-se de uma sistematização interdisciplinar elaborada a partir de fontes bibliográficas e documentais. Propõe um diálogo inicial entre as áreas da Educação, Antropologia, Arqueologia e Etno-História. Reúne um conjunto de dados sobre o Povo Indígena Urupá – sua localização, língua, contato e um pouco de sua cultura, habitantes tradicionais da região e na atualidade considerados extintos. Apesar dessa condição, o nome Urupá está presente em toda a cidade. Essas reminiscências mobilizaram a realização do presente estudo.

Palavras-chave: Povo Urupá; Txapacura; Amazônia; Memória Indígena; Lei 11.645/2008.

Abstract: The study presented here is a historical analysis of educational perspective, developed in the period 2013-2016 in Ji-Paraná, Rondônia. It is an academic product derived from the Anthropology Research Line Etnopedagógica: Indigenous Peoples and Intercultural Curriculum that has been devoted to studying the Amazonian indigenous peoples in the context of Federal Law nº 11,645/2008. This Act made compulsory the teaching of history and indigenous culture in

Sobre a autora:

Professora da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus de Ji-Paraná. Vinculada ao Departamento de Ciências Humanas e Sociais. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia. Coordenadora da Linha de Pesquisa Antropologia Etnopedagógica: Povos Indígenas, Interculturalidade e Currículo. E-mail: joselia.neves@pq.cnpq.br

¹ Fundação Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná, Rondônia, Brasil.

the curriculum of basic education in Brazilian schools. It is worth noting that since 2005 the Group of Research in Education in the Amazon (GPEA) of the Federal University of Rondônia, Campus Ji-Parana has prepared studies on indigenous issues. The claim is that this small study will help the aggregation of local knowledge and lacunar Regional History on Indigenous Peoples of Rondonia – of yesterday and today. It is an interdisciplinary systematization elaborated from bibliographic and documentary sources. It proposes an initial dialogue between the areas of Education, Anthropology, Archeology and Ethno-History. It brings together a set of data on Indigenous People Urupá – location, language, touch and a bit of their culture, traditional inhabitants of the region and currently considered extinct. Despite this condition, the Urupá name is present throughout the city. These reminiscences mobilized to carry out this study.

Key words: Urupá people; Txapacura; Amazon; Indigenous memory; Law 11.645/2008..

1 INTRODUÇÃO

[...] os Urupá ocupavam o rio Madeira [...], estes índios foram depois contatados durante o século XX em um afluente do rio Ji-paraná pela margem esquerda que leva hoje o nome desta etnia [...]. Os *Urupá*, do rio Madeira, e os *Iténez*, do rio Guaporé, são referidos na literatura como grupos pertencentes à família Chapacura, originada nos contornos da serra dos Pacaás Novos e que os seus falantes ocuparam o médio rio Guaporé até sua foz, o baixo curso do Mamoré e seus principais afluentes [...]. (SILVA; COSTA, 2014, p. 131).

O objetivo deste texto é apresentar novos resultados do estudo iniciado em 2005 a respeito do Povo Indígena Urupá, apontado pelos registros históricos como nação extinta. Habitavam as margens do Rio Urupá, afluente do Rio Machado no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia.

A busca de fragmentos da frágil historiografia Urupá é orientada por problematizações à mentalidade colonizatória, principal responsável pelo seu suposto aniquilamento. Não como um lamento imobilizador ou a produção inócua de um discurso de vitimização dos povos indígenas do passado, mas como um recurso teórico de insurgência, de direito à memória e ao incansável questionamento a:

[...] presença predatória do colonizador, seu incontido gosto de sobrepor-se, não apenas ao espaço físico, mas ao histórico e cultural dos invadidos, seu mandonismo, seu poder avassalador sobre as terras e gentes, sua incontida ambição de destruir a identidade cultural dos nacionais, considerados inferiores, quase bichos, nada disso pode ser esquecido quando, distanciados no tempo, corremos o risco de “amaciá-lo” a invasão e vê-la como uma espécie de presente “civilizatório” do chamado Velho Mundo. Minha posição hoje, decorridos 500 anos da conquista, não sendo a de quem deixe possuir pelo ódio aos europeus, é a de quem não se acomoda diante da malvadez intrínseca a qualquer forma de colonialismo, de invasão, de espoliação. É a de quem recusa encontrar positivalidades em um processo por natureza perverso. (FREIRE, 2000, p. 73-74).

A adoção da expressão “suposto aniquilamento” tem a ver com a dúvida se de fato esse povo foi mesmo extinto. Isso porque estudos historiográficos têm apontado que nem sempre a atividade colonizadora produziu o extermínio absoluto dos povos originários, uma vez que, no decorrer desse processo, houve por parte dos índios elaboração e reorganização identitária.

Refiro-me à etnia Migueleno de Rondônia, por exemplo, que esteve presente no I Encontro Amazônico dos Povos Indígenas Resistentes, realizado em Manaus, estado do Amazonas, em agosto de 2014. Assim, inspirada pelos processos de reemergências étnicas, registro uma desconfiança, ou melhor, uma curiosidade epistemológica no dizer de Freire (1996): será que os Urupá foram mesmo extintos? Ou, em função dos constantes enfrentamentos com as frentes de expansão capitalista e outros grupos tribais, tenham reconfigurado suas identidades ou utilizado outras estratégias para sobreviver? Há necessidade de mais estudos para apontar respostas nessa direção ou a manifestação desse grupo étnico na atualidade no âmbito da etnogênese, termo que:

[...] tem sido usado para designar diferentes processos sociais protagonizados pelos grupos étnicos. [...] foi cunhado para dar conta do processo histórico de configuração de coletividades étnicas como resultado de migrações, invasões, conquistas, fissões ou fusões. Entretanto, mais recentemente, passou a ser usado também na análise dos recorrentes processos de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação [...]. (BARTOLOMÉ, 2006, p. 39-40).

A trajetória deste estudo explicitou que a ausência de fontes orais, textuais ou iconográficas acaba impondo um conjunto de restrições aos pesquisadores e pesquisadoras de povos “extintos”. Nesse sentido, a metodologia possível foi a pesquisa bibliográfica, “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]” e a pesquisa documental que “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico [...]” (GIL, 2002, p. 44). Assim as leituras principais que possibilitaram a elaboração deste texto foram: Nimuendaju (1924; 1982), Nimuendaju e Bentes (s./d.), Rondon (1946), Meireles (1989), Hugo (1991) e Leonel Jr. (1995) e as fontes documentais mencionados nas referências.

Um dos achados da pesquisa e que muito me surpreendeu foi a imagem do rapaz indígena Maracuti retratado por Rondon (1946) no começo do século XX, porque atesta a materialidade da existência dos Urupá já que os relatos regionais coletados anteriormente apontavam na direção contrária. A fotografia evidentemente difere das características informadas nos textos de Nimuendaju (1982), principalmente a que diz respeito à pintura facial feita de jenipapo que os identificava como “Boca Preta”.

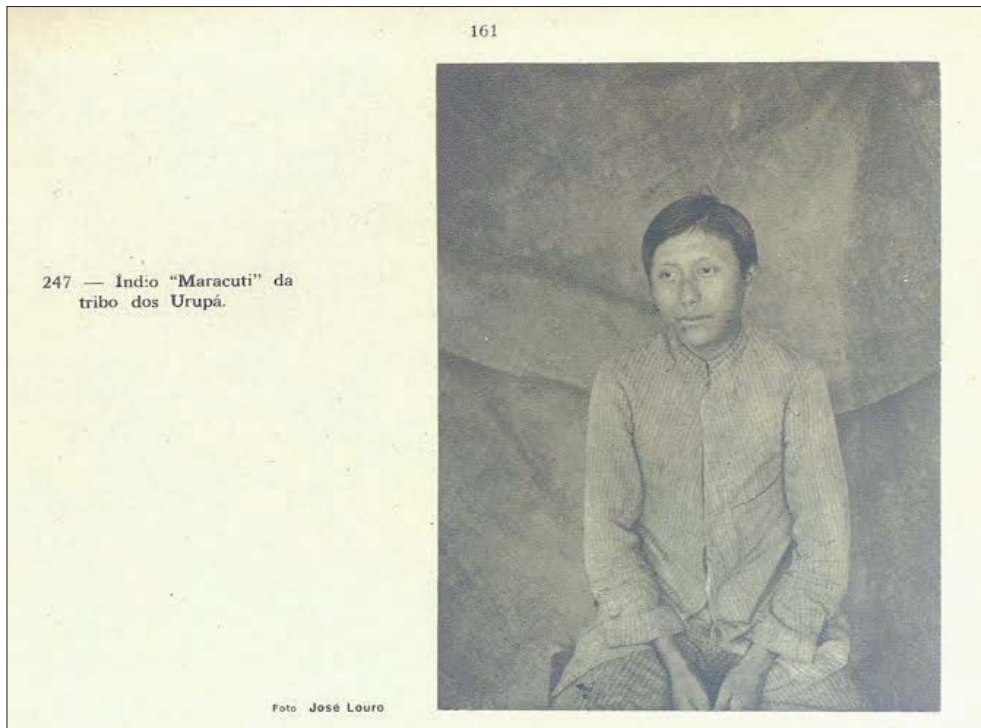


Imagem 1 – Índio ‘Maracuti’, da tribo dos Urupá (RONDON, 1946).

A análise da relação imagem e texto permite observar que a fotografia evidencia que Maracuti está desnudado etnicamente e vestido colonialmente, penteado, preparado para “tirar retrato”. Seu olhar parece vago, não se dirige para o fotógrafo, e sim para o lado, o que pensa de tudo isso? Quem orientou que vestissem Maracuti? Coisas do Marechal? Essa situação nos remete a duas simbologias da literatura: ao poema de Oswald de Andrade (1991), *Erro de Português*: “Quando o português chegou debaixo de uma baita chuva, vestiu o índio, que pena! Fosse uma manhã de sol, o índio teria despido o português”, e a Foucault (2002) sobre o trabalho de Velázquez, no quadro, “As Meninas”, referente à infanta Margarida e à corte do rei Filipe IV em que o autor discute a cena a partir dos olhares ali explicitados.

Além dessa imagem, foi possível localizar outras que se encontram mais adiante. Mas, de forma geral, observamos no decorrer da pesquisa que há um limitado material antropológico e linguístico sobre o modo de vida desse importante grupo cultural da Amazônia. Daí a necessidade de continuar procurando, pesquisando, de retomar sempre que possível o tema do “apagamento” e do “silenciamento” indígena como “[...] uma necessidade urgente e inadiável. Não só para o bem da verdade histórica e o conhecimento

mais adequado do nosso passado, mas para a reparação das injustiças que foram e continuam a ser cometidas contra os povos indígenas no Brasil” (PORTO ALEGRE, 2012, p. 1). Além de conhecer elementos que muito podem informar sobre a constituição identitária local na atualidade, a nosso ver, com possíveis ligações sobre este passado lacunado, amordaçado e mal contado, agora provocado pela Lei 11645 de 2008.

2 LEI 11.645/2008 E A MEMÓRIA INDÍGENA: SOBRE AS PALAVRAS QUE FICAM...

A correta inclusão da temática da história e da cultura dos povos indígenas na Educação Básica tem, assim, importantes repercussões pedagógicas na formação de professores e na produção de materiais didáticos e pedagógicos, os quais devem atribuir os devidos valores à história e culturas dos povos indígenas para o efetivo reconhecimento da diversidade cultural e étnica da sociedade brasileira. (BRASIL, 2015, p. 2).

A publicação da Lei 11.645/2008 é uma emenda à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/1996 (BRASIL, 1996). Possibilita, em nossa compreensão, a valorização e visibilização da História indígena na medida em que provoca a mobilização de estudos a respeito dos diferentes povos como os Urupá, por exemplo. Constitui um desafio para o exercício da pesquisa na medida em que é preciso identificar, documentar e interpretar em múltiplas temporalidades e contextos fragmentos da vida indígena para uma linguagem de sentido.

A referida Lei torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas do Brasil. Lamentavelmente a Educação Infantil não foi incluída. Orienta como temas de estudo os aspectos da história e da cultura referentes à formação da população brasileira a partir das contribuições indígenas; a luta dos diferentes povos no Brasil, a cultura indígena brasileira e o índio na formação da sociedade nacional, que serão ministrados no currículo escolar, principalmente nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

Em nossa compreensão, a Lei 11.645/2008, ao tornar obrigatório o ensino das contribuições indígenas na formação da sociedade brasileira – na culinária, na linguagem, na economia, dentre outros, institui no âmbito da escola um anúncio a favor da possibilidade dialógica, entre as diferentes culturas em perspectiva simétrica. A palavra que melhor se aproxima desse pensamento é a interculturalidade. Por um determinado tempo, havia um entendimento de que o termo interculturalidade por si só nomeava o esforço de articulação entre os povos e suas diferenças, que isso bastava.

No entanto as contribuições do Grupo Modernidade e Colonialidade evidenciam que precisamos distinguir as diversas concepções e práticas interculturais. Assim, essa construção apresentada no texto se aproxima da Interculturalidade crítica, esforço nomeado como: “[...] uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma histórica submissão e subalternização” (WALSH, 2009, p. 22).

Significa uma possibilidade de contribuição ao pensamento insurgente latino-americano na luta pela remoção das correntes que ainda permanecem alojadas em nós como nos ensinaram Paulo Freire, Zapata, Malcolm X. Nessa direção, Tavares (2011, p. 2), afirma que: “As representações dos povos dominados identificam-se com as representações dos dominadores que os colonizaram [...]”, em função disso, é preciso recompor as aprendizagens em substituição aos saberes coloniais, daí que:

Assumir esta tarefa implica em um trabalho de orientação de-colonial, dirigido a romper as correntes que ainda estão nas mentes, como dizia o intelectual afrocolombiano Manuel Zapata Olivella; desescravizar as mentes, como dizia Malcolm X; e desaprender o aprendido para voltar a aprender, como argumenta o avô do movimento afroequatoriano Juan García. Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos. É a isso que me refiro quando falo da *de-colonialidade*. (WALSH, 2009, p. 15).

Assim a Lei 11.645 de 2008 pode significar uma contribuição à materialização da interculturalidade no currículo escolar (NEVES, 2013). Foi nessa perspectiva que propusemos, em 2011, a criação da Linha de Pesquisa Antropologia Etnopedagógica: Povos Indígenas, Interculturalidade e Currículo, do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA). Seu principal objetivo é aprofundar estudos sobre a implantação da referida Lei por meio de projetos de pesquisa e extensão, no âmbito do saber local, em parceria com as escolas da educação básica da região. Considerando essas preocupações, resolvemos dar prosseguimento à pesquisa sobre o Povo Urupá por entendermos suas aproximações com os objetivos estabelecidos, pois:

Sem grandes controvérsias ou disputas, o indigenismo oficial do século XIX empenha-se em estimular a diluição dos povos indígenas na população circundante. Com esse objetivo são extintos muitos dos antigos aldeamentos e vilas de índios por todo o país e a maior parte das terras indígenas é definitivamente expropriada. Esse longo processo se expressa na prática com o argumento recorrente do “desaparecimento” do índio, conceito vago e ambíguo, que surge no discurso dos contemporâneos, para dar conta da desorganização das sociedades indígenas e justificar a expropriação de suas terras. (PORTO ALEGRE, 2012, p. 1).

Nessa direção, a mobilização que nos impulsionou para a elaboração deste trabalho partiu da constatação da forte presença da palavra Urupá na região, inclusive o primeiro nome que esta localidade recebeu em 1837, sendo posteriormente, em 1914 adotado o nome de Afonso Pena após a construção da estação telegráfica, considerando a homenagem feita pelo Marechal ao então presidente da República (SILVA, 1984). Com a criação do Território Federal do Guaporé (1943), foram instalados os municípios de Porto Velho e Guajará Mirim e, com eles, alguns distritos, dentre os quais, o de Rondônia, seu terceiro nome (HUGO, 1991a) e depois o quarto nome, Vila de Rondônia que, de acordo com Silva, porque “[...] a mudança do nome do território, de Guaporé para Rondônia, [...] uma homenagem ao [...] sertanista Cândido [...] Rondon em 1956, veio a confundir o nome da Vila com o da unidade federada” (SILVA, 1984, p. 18).

Vale acrescentar que o nome “Rondônia” aparece pela 1ª vez em 1912, no título da obra de Roquete-Pinto (1975), como homenagem ao Marechal Rondon, resultado das observações e relatos dos indígenas da Serra do Norte, na época terras pertencentes aos estados de Mato Grosso e Amazonas. Com a criação de cinco novos municípios no Território Federal de Rondônia, na gestão Geisel (1977), o nome da Vila é substituído por Ji-Paraná, antiga identificação do Rio Machado que banha a cidade, mencionado e fotografado por Lévi Strauss (1981) em “Tristes Trópicos”.

Atualmente é bem comum ao andar pelas ruas de Ji-Paraná observar a palavra Urupá em diferentes placas e letreiros - nas lojas, órgãos públicos, produtos, rua e bairro: Palácio Urupá, Escritório Urupá, Escola Urupá, Café Urupá, Rio Urupá, Bairro Urupá, Rua Urupá, Edifício Varandas do Urupá, Urupá Materiais Elétricos, Cerâmica Urupá, Madeireira Urupá, Instaladora Urupá Ltda, Merceria e Sorveteria Urupá, Condomínio Residencial Jardins do Urupá, Petiscaria Urupá, dentre outros.



Imagem 2 – Registros com o nome Urupá existentes no município de Ji-Paraná (2015)

Mas as sistematizações sobre o histórico do município não reconhecem esse fato como uma herança indígena, já que comumente vincula-se o nome Urupá ao rio, e não aos índios dessa etnia, cuja existência é atestada pelos diferentes registros de pesquisadores, sertanistas e cronistas. Esta evidência demonstra o desconhecimento da população a respeito das relações existentes entre a constituição da cidade e os povos indígenas, tanto do passado como do presente, já que também não há nenhuma referência na página oficial da Prefeitura nem aos Urupá e tampouco aos indígenas Arara e Gavião, habitantes atuais da Terra Indígena Igarapé Lourdes, um território que ocupa mais de 20% do espaço físico do município de Ji-Paraná.



Imagem 3 – Registros com o nome Urupá existentes no município de Ji-Paraná (2015)

Apesar disso, o processo de buscar suas marcas e vestígios tem sido surpreendente. Nesse processo, foi possível localizar mais uma evidência que sugere a força do nome dos Urupá aqui na região central do estado, materializado no Convênio de junho de 1988, celebrado entre a Fundação Universidade Federal de Rondônia, através do reitor pro tempore, Álvaro Lustosa, e a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, por meio do prefeito da época, Roberto Jotão Geraldo (RONDÔNIA, 1988).

Esse documento nos apresenta a certidão de nascimento do Campus de Ji-Paraná, que foi denominado, Campus Urupá, explicitando um dado desconhecido para a maioria da comunidade acadêmica, descoberto recentemente por pesquisadores da Educação Matemática. O referido documento foi encontrado em um arquivo improvisado da UNIR – Campus de Ji-Paraná, na época junto a um amontoado de caixas de plástico em um canto da então Copiadora do Vilela. Essa situação evidencia que, mesmo em uma universidade, o cuidado com a memória e seus registros é feito de forma precária.

Desde então, o GPEA tem adotado essa nomenclatura como forma de valorização e afirmação da memória indígena, histórica e acadêmica.

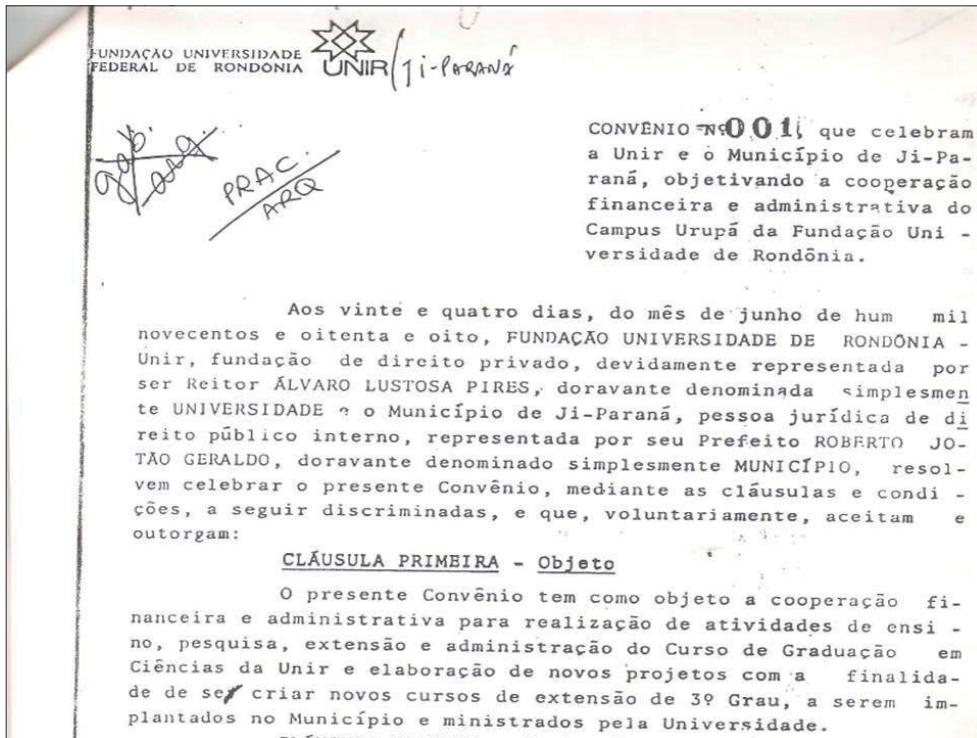


Imagem 4 – Registros do Convênio: UNIR, Campus Urupá e Prefeitura (RONDÔNIA, 1988)

Como já mencionado, iniciamos este estudo em 2005, no âmbito da disciplina “Educação com os Povos da Floresta”, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia – Campus de Ji-Paraná, no estado de Rondônia. O projeto de pesquisa intitulado “Na trilha dos Urupá” teve a intenção de reconstituir, na medida do possível, fragmentos da História do Povo Urupá. Partimos da seguinte problemática: que conhecimentos temos a respeito da nação indígena Urupá? Trabalhávamos com a hipótese de que a história não contada dos Urupás poderia ser encontrada na memória de quem testemunhou ou escutou informações referentes a esses povos, tais como os Povos Indígenas Arara, Gavião, Zoró, seringueiros, garimpeiros, mateiros etc., portanto acreditávamos ser possível envidar esforços rumo à construção dessa história silenciada.

O objetivo central na ocasião foi produzir um estudo introdutório sobre o Povo Indígena Urupá habitantes da atual região de Ji-Paraná, na primeira

metade do século XX, numa perspectiva de iniciação científica com o intuito de compreender um pouco mais da Amazônia indígena. Junto com os estudantes do Curso de Pedagogia da Unir – Campus de Ji-Paraná, foi possível coletar nove relatos de antigos moradores da cidade, dentre os quais, dois indígenas – um da etnia Gavião e outro da etnia Uru Eu Wau Wau.

Os narradores indígenas informaram sobre suas histórias, as guerras tribais, o estabelecimento do contato com os “brancos”, as doenças que vieram em decorrência disso, a existência de outros povos vizinhos, as difíceis mudanças no contexto pós-contato e sobretudo como têm feito para assegurar sua sobrevivência nos tempos atuais.

Com os colaboradores não indígenas, foi possível levantar dados interessantes sobre a então Vila de Rondônia: quem eram os moradores da época, vida social, a forma assustadora como a empresa Calama Colonizadora atuava na distribuição da terra, a atividade nos seringais, dentre outros aspectos. No entanto não foi possível ampliar, por meio das leituras desses relatos, os conhecimentos sobre os povos indígenas Urupá, nossa principal preocupação, já que os poucos dados encontrados já eram de nosso conhecimento (NEVES, 2012).

Em função deste Projeto, propusemos outro estudo intitulado Pedagogia Arqueantropológica, sistematizado posteriormente no trabalho acadêmico de Scaramuzza e Costa (2015) por nos deparamos com uma quantidade significativa de artefatos cerâmicos, o que evidenciou o grande potencial arqueológico de Rondônia:

[...] de cerâmica, fragmentos de flechas, machadinhas feitas de pedras, instrumentos de pinturas corporais, utensílios domésticos como panelas, potes e jarras, além das inscrições esculpidas em pedras. Localiza-se nesta área uma provável oficina onde podem ter sido elaborados os instrumentos como a machadinha, por exemplo – artefato feito de pedra com ponta cortante, apresentando diâmetro de cerca de três centímetros. Trata-se de um espaço de mais ou menos oito metros quadrados delimitados pela própria rocha. O chão apresenta características ora lisas, ora ásperas, com a distribuição de desenhos de tamanhos variados – alguns podem corresponder a mais ou menos a altura de uma pessoa e outros pequenos com cerca de um palmo. Nesta região, há superfícies côncavas, que podem indicar provavelmente, sulcos produzidos em função do movimento da confecção e aperfeiçoamento das peças e utensílios, neste particular, exemplificamos novamente as machadinhas. (SCARAMUZZA; COSTA, 2015, p. 1).

Na ocasião, localizamos, nas proximidades do Rio Urupá, pequenas machadinhas polidas. No verão, por volta do mês de setembro, observamos a existência de várias concavidades que podem sugerir que se tratavam de oficinas – locais de confecção desses artefatos. Diante dessa situação, indagávamos: a quem pertenciam esses objetos? Como eram utilizados?

Cruz analisou um conjunto de peças em sítios arqueológicos encontrados na região, evidenciados como cerâmicas de tradição Tupi-guarani. Dentre as 13 fases arqueológicas classificadas, cita: “A fase Urupá [...] representada por seis sítios arqueológicos, localizados no médio curso do rio Ji-paraná, na zona urbana e igarapés próximos a cidade homônima” (CRUZ, 2008, p. 47). Mas não foi possível identificar afirmações a respeito de artefatos produzidos especificamente pelos Urupás de vinculação linguística Txapacura.

Ainda nessa direção, Miller tem desenvolvido estudos no sentido de reconhecer ligações entre aspectos “[...] etno-histórico e linguístico dos falantes do Tupi-Guarani com a cerâmica arqueológica [...] Tupiguarani” (MILLER, 2009, p. 34), e informa uma interessante descoberta:

Sítio-habitação [...] na zona urbana da cidade de Ji-Paraná. Situa-se às margens esquerdas dos rios Ji-Paraná ao leste e Urupá ao Sul, justo na confluência.[...]. Um corte experimental de 2 x 2 m ao centro-norte da área revelou evidências cerâmicas e líticas até 45 cm de profundidade e grânulos de carvão até 65 cm. Alguns fragmentos cerâmicos não-ProtoTupiguarani (fase Inimbó) ocorrem a 30-33 cm deste sítio. (MILLER, 2009, p. 52).

Após interrupção em 2009, em função de estudos do doutorado, retomamos em 2013 e resolvemos modificar a metodologia e, ao invés de continuar trabalhando com relatos orais, passamos a investir na pesquisa documental através de fontes da internet e da pesquisa documental e bibliográfica. Foi possível reunir elementos importantes para compreender um pouco mais sobre o Povo Urupá – registros que compartilhamos neste texto.

3 O POVO URUPÁ: PERAMBULAÇÕES NOS RIOS MADEIRA, GUAPORÉ, MAMORÉ E MACHADO?

A temática do “desaparecimento” toca em questões ideológicas e políticas recorrentes, que deitam raízes profundas no imaginário da cultura brasileira. Obriga-nos a olhar para o passado com os olhos do presente e do futuro, de índios e de não índios. Questiona a nossa postura diante dos desafios da cidadania e da sociodiversidade, do direito à igualdade e do direito à diferença, da afirmação da identidade e do diálogo entre as culturas. (PORTO ALEGRE, 2012, p. 4).

O Povo Urupá constituiu um dos coletivos Txapacura que, ao que tudo indica, constituíam o grupo dominante da região amazônica, apesar das intensas mudanças e conflitos, pois: “A dinâmica da relação interétnica, e da ocupação espacial de Rondônia, parece ter sofrido uma profunda alteração no século XIX. Aparentemente a presença dominante era, e é, xapacura [...]” (LEONEL JR., 1995, p. 32). Esse autor informa o antagonismo existente entre

grupos de origem Tupi e Txapacura, uma tensão que parece ter provocado vários movimentos diaspóricos, já que estes últimos foram:

[...] tangidos das margens do Mamoré em direção das nascentes de seus principais afluentes. Estes afluentes, por sua vez, nascem em torno das serras, cujas vertentes opostas eram ocupadas por grupos tupis, quase uma fronteira, onde foram empurrados uns contra os outros. (LEONEL JR., 1995, p. 32-33).

Denise Meireles (1989), no livro “Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, século XVIII”, confirma que os povos Txapakuras de fato passaram por vários processos migratórios passando na região do Mamoré e Guaporé. De forma geral, o que se sabe é que significativa parte dos povos de língua Txpakura estabeleceu contato com não indígenas desde o século XVII, ocasião que habitaram nas missões espanholas e portuguesas, há informes de desentendimentos, fugas, processos de capturas e extermínios provocados por doenças e conflitos armados.

De acordo com Vitor Hugo (1991a ou b, p. 161), em 1872 há registros de aproximações entre as missões e os índios, ocasião em que os Urupás são mencionados. E, em 1882, religiosos citados por esse autor informam a presença Urupá no Rio Machado, próximo à Cachoeira Dois de Novembro:

São terrenos ocupados pelas tribos dos Jarus, Urupás, Aritikés, etc. todos eles dóceis e acessíveis a civilização, segundo as informações que colhi de um explorador boliviano. Conto ter em breve alguns índios menores dessas tribos, para mandá-los matricular no Instituto Amazonense de - Educandos que está funcionando, lá recebem boa educação primária e aprendem ofícios mecânicos. Mais tarde hão de ser estes os melhores portadores da civilização às tribos indígenas. (HUGO, 1991a, p. 167).

Esse registro atesta a disponibilidade ao contato com o não indígena, contrariando afirmação de Silva (1984, p. 17), de que “[...] a conquista do rio Urupá, especialmente, teria sido feita à custa de muitas vidas, devido à ferrenha oposição da tribo indígena que dominava as suas margens e que lhe emprestara o nome”. Outro dado que a citação traz refere-se a uma prática da época de matricular crianças e adolescentes indígenas em colégios internos, uma estratégia que aliava objetivos de civilização e profissionalização – elementos característicos do tratamento oferecido numa visão colonial:

[...] Por volta de 1870, diante da dificuldade de manter os índios nas escolas dos aldeamentos, ocorre em algumas províncias o investimento em institutos de educação, em internatos e, no caso específico de Pernambuco, em orfanatos para crianças indígenas, com o fim de transformá-las em intérpretes lingüísticos e culturais para auxiliar os missionários na suposta civilização dos seus parentes. [...]. (BRASIL, 2007, p. 12).

Vale acrescentar que Vitor Hugo (1991b) menciona os Boca-Negra inicialmente como Boca-Preta em função da pintura facial, mas informou que havia

outros grupos que pintavam o rosto com jenipapo. Destaca que o jesuíta João Daniel diferenciava dois grupos do Rio Madeira: os Juraá , que tinham uma linha preta das orelhas até os cantos da boca, e os Urupá, que só pintavam ao redor da boca ficando livre os lábios. Continua ora mencionando Boca-Preta, ora Boca-Negra em diferentes localizações da obra, ficando difícil afirmar se são referências aos Urupá ou não. De qualquer forma, avaliamos que parece tratar-se de imagens diferentes das descritas outrora por Rondon.

O antropólogo Curt Nimuendaju, no final do século XIX, aponta a localização dos Urupá nas proximidades do Rio Juary indo até o Rio Urupá, afluente do Rio Machado, sendo também identificados como Boca-Preta em função das pinturas feitas à base de jenipapo, que utilizavam no rosto ao redor da boca.

Em fins do século XIX, Mauro Leonel, (1995) informa que esse povo se encontrava em um dos rios de Rondônia, tempo em que desenvolviam atividades nos seringais e mantinham relações com os padres de diferentes missões: “[...] Os Urupás , de acordo com Métraux, encontravam-se no final do século XIX no rio Canaã, um afluente do Juary [1948:399]. [...]. Os urupás mantinham contato permanente com os seringueiros e missionários, chegaram a morar em Bom Futuro, sede do seringal. [...]” (LEONEL JR., 1995, p. 30), dado confirmado por Curt Nimuendaju:

Tiveram encontro com um explorador de seringa em 1900 e se mudaram para junto do barracão Bom Futuro onde a varíola os reduziu a 40-50 cabeças que se retiraram para as cabeceiras do Rio Pardo (XX, 25). A gripe acabou com os Urupá como tribu. Alguns indivíduos avulsos ainda persistem, especialmente na Colônia Rodolfo de Miranda no Alto Juary, onde o Serviço de Proteção aos índios reuniu os miseros restos das tribus daquela zona toda. (NIMUENDAJU, 1982, p. 113-114).

Nesse sentido, o segundo tenente Otávio Félix Ferreira da Silva, comandante da Seção do Norte da Comissão Rondon, fez uma apresentação em 1911, ocasião em que socializou o Relatório sobre a “Exploração e levantamento do rio Juary” a partir de solicitação do Marechal Cândido Rondon. Na época informou sobre possíveis casamentos entre as mulheres Urupás e seringueiros, habitantes das proximidades do Rio Canaã e que havia uma certa relação amistosa entre esse povo indígena e os caucheiros:

Tivemos ocasião de estarmos próximos de algumas mulheres pertencentes à tribu dos Urupás e que vivem em companhia de exploradores de seringa residentes na margem do rio; isto aconteceu em Belchior e na Cachoeira da Jatuarana. [...]. Soubemos que os Urupás são muito mansos e que o Sr. Antonio Coelho, residente na Cachoeira do Samuel, tem explorado caucho no Canaan com seu auxílio, em troca de muitos presentes que sempre lhes leva. (SILVA, 1920, p. 25).

No entanto, as relações entre os indígenas Urupás e os seringalistas serão marcadas pelas tensões e conflitos. Cavalcante (2014) registra que houve uma grande perseguição aos índios da região, principalmente os Arikêmes – grafia que adotamos a partir dos escritos de Rondon (1946) – considerando a disputa territorial para a criação de novos seringais. Cita o nome dos irmãos Alfredo e Godofredo Arruda, donos do seringal Bom Futuro.

Conforme esse autor, para resolver os conflitos, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) inaugurou, em 1914, o Posto Indígena Rodolpho Miranda localizado na região do médio rio Jamari, ocasião em que, junto com os Arikêmes, incluiu também os “[...] urupás, bocas-preta [...]”, dentre outros grupos indígenas (CAVALCANTE, 2014, p. 14), presente nos escritos de Nimuendaju (1924, p. 204): “[...] os últimos Jaru e Urupá foram reunidos com os seus parentes, os Arikem, na Colonia Rodolpho Miranda, no Alto Jamary, [...]”.

Na estrutura do Posto havia uma escola, o ensino era ministrado em língua portuguesa. A convivência multiétnica resultou em casamentos, como a união estabelecida entre uma mulher da etnia Arikême e um homem do Povo Urupá:

Um fato apresentado pelo jornal Alto Madeira e amplamente divulgado nas vilas e cidades do Mato Grosso e Amazonas, no ano de 1918, foi o casamento da índia arikemes Maria Luiza com o índio urupá Aracoti, ambos isolados no Posto Indígena Rodolpho Miranda. O que chamou a atenção das pessoas que participaram da cerimônia de casamento, realizada na vila de Santo Antônio, foi o fato dos nubentes assinarem seus nomes no livro de registro de casamentos, o que não era comum nem entre as pessoas que se diziam civilizadas na época, na vila de Santo Antônio e região. O casamento dos indígenas, Maria Luiza pertencente ao grupo arikeme e Aracoti, pertencente ao grupo urupá, apresenta claramente o processo de desestruturação social vivido pelos diversos grupos internados no Posto Indígena Rodolpho Miranda, sobretudo por dois fatores, a saber: a alfabetização em língua portuguesa que levava ao gradual abandono da matriz linguística e o casamento interétnico que inevitavelmente conduzia os indivíduos à práticas culturais diferentes das tradicionalmente praticadas por seu grupo. (CAVALCANTE, 2014, p. 12).

Portanto, considerando a maior parte de registros analisados, a localização dos Urupás era mesmo às margens do rio com o mesmo nome, o rio Urupá, um dos formadores do Rio Machado. Curt Nimuendaju, deixa bem evidente que esse grupo não pode ser confundido com outros de nomes parecidos. Remete o crédito de localização inicial dos Urupás ao padre João Daniel, religioso jesuíta que descreveu suas marcas identitárias – dentre as quais, a pintura preta, por causa do jenipapo, ao redor dos lábios.

Narra suas perambulações desde a região dos prováveis municípios Borba, Itacotiara até as proximidades do Rio Jamary, quando estabeleceram

contato com seringalistas, tempo em que sofreram epidemia de varíola, redução populacional e que provocou novo deslocamento, dessa vez para o Rio Pardo. Confirma que posteriormente uma onda de gripe pode ter sido o fator responsável pela extinção praticamente de todo o povo, restando alguns poucos sobreviventes que foram realdeados pelo SPI:

A tribo deste nome no Madeira provavelmente nada tem que ver com os Urupaya (Arupay) do Alto Xingú, parente dos Yurúna (XXXIV, 398), e nem com os Urupá (Uarapá, Ituarupá, Arupá, Gurupá, Urupuya) do Tapajoz. P. João Daniel que descreve estes últimos, também é o primeiro autor que cita os “Urupazes” do Madeira que se distinguiram por uma linha preta em roda da bocca (XVI, 173). Esta tribo contribuiu para a população de Borba e Itacotiara, e mais tarde algumas famílias desceram para a missão de São Francisco. Sobre a última sorte da tribo relata o tenente O. F. Ferreira e Silva: De 1886-1888 habitavam esses índios nas cabeceiras do Rio Canaan, afluente oriental do Rio Juary. (NIMUENDAJU, 1982, p. 113-114).

Os documentos salesianos sistematizados por Hugo (1991a), confirmam sua presença no início do século XX: “[...] Do Rio Juary eram conhecidos os Urutique, Urupá, [...]” (p. 161) ou que: “Francisco Portilho desceu do Rio Machado duzentos e tantos índios Aurupá: informava que naquele rio ‘maior porção de outras tribos Araras e Torás e queria ver se os aldeava’” (p. 127). Esses escritos evidenciam elementos que permitem interpretar que o modelo do contato em perspectiva dita civilizatória e colonialista trouxe duas graves consequências para os Urupás: maior necessidade de deslocamentos e rápida diminuição do povo, confirmando que:

A medida que se intensificaram o povoamento e a colonização no século XIX e início do século XX, os territórios tradicionais de muitos grupos ameríndios foram sendo reduzidos e direcionados à instalação de colônias agrícolas para receber imigrantes europeus. Logo, conflitos, contatos, aldeamentos, epidemias e mortes marcaram a história desses povos meridionais. (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2008, p. 9-10).

Os escassos registros escritos sobre o Povo Urupá possibilitam compreender que as relações de poder existentes na Amazônia nesse período, por parte de poderosos grupos não indígenas e seus diferentes objetivos (aqui incluídos também os religiosos) aliados à inércia do Estado brasileiro, engendraram a produção do extermínio do diferente:

A tribo dos Urupás que tinha suas malocas nas cabeceiras do rio Canaan de 1886 a 1888 tiveram encontro com o pessoal do explorador Duarte em 1900 e mudaram sua aldeia para Bom Futuro a convite do já então proprietário José da Silva Jordão e nesse lugar a considerável tribo ficou reduzida a cerca de 40 ou 50 pela epidemia da varíola no mesmo ano; os que se salvaram foram para as cabeceiras do Rio Pardo. (SILVA, 1920, p. 25).

Esse extermínio justificado por narrativas e práticas etnocêntricas tendo em vista a apropriação de seus territórios e saberes, considerando sobretudo a instalação da empresa seringalista, em que os índios e suas culturas eram vistos como obstáculo a este modelo de desenvolvimento. O conjunto dessas ações permanentes por parte do colonizador significou a subjugação dos colonizados indígenas na medida em que houve uma drástica imposição de hábitos e alteração cultural, seja por meio da desqualificação de seus costumes, modos de vida ou da produção da imagem de bárbaros e selvagens que os acompanha até hoje.

Assim, é possível inferir que os efeitos do processo colonizador produziram sentimentos complexos nos povos indígenas da Amazônia, principalmente o de se sentir estrangeiros em seu próprio território, um território que, por ter sido expropriado, não lhe pertencia mais, daí esse sentimento, restando apenas a lembrança desse lugar através dos recursos da memória (BORGES, 2014).

4 O POVO URUPÁ: FAMÍLIA LINGUÍSTICA TXAPAKURA, RITUAIS FUNERÁRIOS E MODO DE ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL

[...]. O Urupá do rio Madeira (lat. 11 ° S., longo. 62 ° W.) contribuiu com elementos para a população de Borba e Itacoatira, e algumas famílias faziam parte da Missão de São Francisco. Perto do fim do século 19, they 'viviam nas cabeceiras do rio Canaã, [...] afluente do rio Jamary. No início do século 19, eles se mudaram a Bom Futuro e, depois de terem sido dizimadas por uma epidemia de varíola, ao Rio Pardo. Hoje, o Urupá não existe como uma tribo, mas alguns deles ainda vivem [...] na Colonia Rodolfo de Miranda na parte superior Jamari. [...]. (MÉTRAUX, 1948, p. 397).

Curt Nimuendaju (1982) levantou dados sobre a história do contato dos Urupás com grupos não indígenas, além de uma relação de palavras. Nessa época, já julgava esse Povo efetivamente extinto. Informa que: “[...] Os *Aràra* do Rio Preto, *Jaru*, *Urupá*, *Torâ* e *Ariken* fallam dialectos da familia linguistica Capakúra, [...]” (NIMUENDAJU, 1924, p. 204, grifos do autor). Posteriormente Aryon Rodrigues (1986) vai reafirmar a língua Urupá como uma filiação da família linguística Txapakura que vive exclusivamente na Amazônia com pouca aprofundamento descritivo (APONTES, 2015). Nossa preocupação foi de apenas informar um brevíssimo registro linguístico que foi possível localizar sobre essa etnia que evidencia aproximações com esta família. Quanto aos aprofundamentos, deixaremos para os profissionais da área:

Vocabulário Família Txapacura – Lista de partes do corpo humano

Ordem	Língua Portuguesa	Língua Urupá (NIMUENDAJU; BENTES, s.d.)	Língua Urupá (RODRIGUES, 1986)	Língua Torá (RODRIGUES, 1986)	Oro Waram (APONTES, 2015)
01	dente	yetisi	ieti	iat	jat
02	língua	kapiakasi	kapiaka	kapiak	paja
03	olho	tükesi	tüke-si	-	tok/tokoxi

Sistematização: a autora

Um informe fundamental acerca do Povo Indígena Urupá vem do Marechal Cândido Rondon, através da publicação de “Índios do Brasil do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso” (RONDON, 1946). A obra, sistematizada em três volumes, apresenta importantes elementos da trajetória do militar articulando dois eventos: a implantação da rede telegráfica e o trabalho no Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI), depois SPI. A imagem abaixo, uma das páginas do 1º livro, evidencia uma lista do nome dos povos indígenas com que Rondon teve contato na região do atual Mato Grosso e Rondônia, dentre os quais, o Povo Urupá:

1— ANUZÊ	13— IPOTÊUÁTE	25— QUIAPÛRE
2— ARIQUÊME	14— IRANCHE	26— RAMA-RAMA
3— ARITÍ (PARICÍ)	15— JARÚ	27— SALAMÁI
4— BORÓRO	16— MAMAINDÊ	28— TACUATÉPE
5— CABIXI	17— MASSACÁ	29— TAGNANI
6— CADIUÉO	18— NAVAITÉ	30— TAUITÊ
7— CAIUÁ	19— NENÊ	31— TERÊNA
8— CANOÊ	20— NHAMBIQUARA	32— UAIMARÉ
9— CARIPUNA	21— PARINTINTIM	33— UAMANDIRÍ
10— CAXINITÍ	22— PARNAUÁTE (Tupí)	34— UMUTINA
11— COZÁRINI	23— PIRARRÁ	35— URUMI
12— GUATÓ	24— QUÊPIQUIRIUÁTE	36— URUPÁ

Imagem 5 – Lista de 36 povos indígenas localizados por Rondon (1946) no início do século XX

As imagens registradas por Rondon, que conheceu os Urupás, nos permite hoje no século XXI tomar conhecimento da feição desses indígenas. Foram registros fotográficos feitos no início do século XX pela equipe do sertanista por ocasião da implantação da Linha Telegráfica.

A imagem abaixo possibilita a compreensão de que faziam uso tradicional de um outro artefato cultural de cunho arqueológico, o que demonstra que havia uma evidente prática mortuária - o costume de usar urnas funerárias

feitas aparentemente de barro, simples sem decoração - um vasilhame cerâmico sem tampa onde depositavam os ossos de seus mortos, objetos que: “[...] de fato nos afetam. Tocam nossos sentidos e imaginação, de tal forma que, ante a presença física de um deles, é impossível a indiferença. [...]” (MANO, 2009, p. 112).

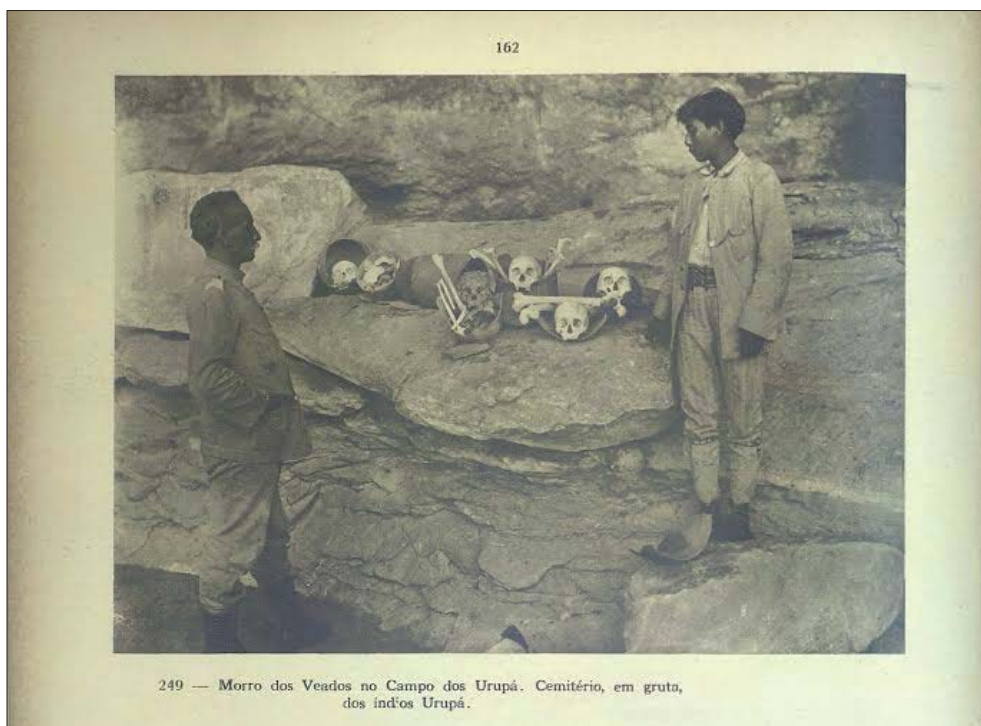


Imagem 6 – Morro dos Veados (RONDON, 1946)

Até o momento, não dispomos de mais elementos que permitam uma descrição e interpretação mais detalhada do significado dessa prática do Povo Urupá, mas podemos inferir, considerando a imagem apresentada, que o cemitério se localizava em grutas. A imagem abaixo, conforme inscrição ao lado, informa se tratar de uma urna funerária dos Urupás.

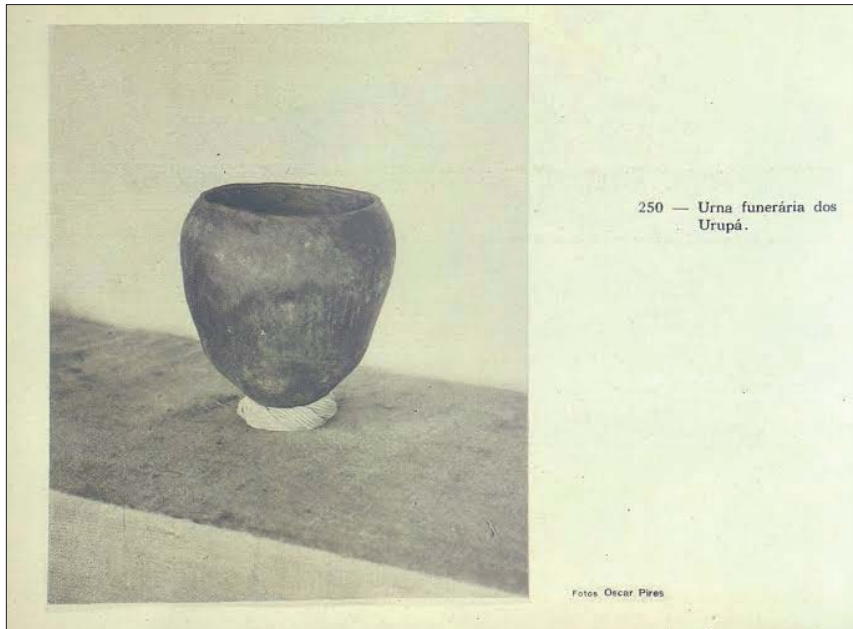


Imagem 7 - Urna funerária (RONDON, 1946)

No entanto, há necessidade de mais dados para compreender esse tipo de ritual na perspectiva Txapakura, pois: “Embora sejam evidentes as práticas funerárias entre as sociedades indígenas, percebem-se detalhes das variações e da intencionalidade. A intencionalidade aparece no momento da preparação dos restos mortais do falecido para o sepultamento” (SANTOS, 2009, p. 43). Os estudos disponíveis sobre as práticas mortuárias junto aos Tupi, informam que:

[...] enterrava-se o morto em um local (cova comum) para posteriormente ser exumado os restos e sepultado no interior da urna funerária. A cerâmica (urna funerária) possuía, nesse sentido, uma importância no uso cotidiano, na preparação de alimentos, e no ritual no caso do funeral”. (SANTOS, 2009, p. 46).

Em relação aos Txapacuras, Denise Meireles (1989) cita que os Morés, seus remanescentes, possuíam práticas mortuárias e que talvez possam se aproximar da cultura Urupá considerando os ossos à mostra observados nos retratos de Rondon:

Quando morria alguém, procediam ao enterro e esperavam algum tempo. O corpo era então exumado, os ossos retirados e queimados, e as cinzas conservadas por um certo período, devidamente guardadas em cestas apropriadas, suspensas no teto do morto, então desabitada. A conclusão do ritual consistia no consumo dessas cinzas misturadas com chicha, por alguns parentes. (MEIRELES, 1989, p. 122).

Assim, já sabemos que um dos locais de habitação dos Urupás foram as margens do Rio com mesmo nome; faziam uso do jenipapo nas pinturas corporais faciais, falavam a língua Urupá filiada à família linguística Txapacura, estabeleceram contato com não indígenas nos seringais, foram acometidos por várias doenças, o que provocou uma drástica redução em seu quadro populacional.

Denise Meireles (1989), afirma que o Guaporé abrigou por séculos os povos Txapacuras. Nessa perspectiva, podemos inferir uma possível referência ao Povo Urupá, em seus escritos:

[...] uma outra migração, provavelmente ocorrida após a expulsão dos jesuítas, redundou na fixação de grupos txapakura nas cabeceiras do rio São Miguel, afluente da margem direita do Guaporé, onde foram encontrados, no começo do século XX, os Huanyam ou Pawumwa, hoje extintos". (MEIRELES, 1989, p. 46).

Afirmo que se trata de uma possível indicação sobre os Urupás porque esse deslocamento os levou para um rio, onde o Marechal Rondon no início do século XX os encontrou, conforme aponta a legenda da foto e, por outro lado, a palavra Huanyam se aproxima de Wanyán que, em Urupá, significa índio (VILAÇA, 2006).



Imagem 8 – Rio São Miguel no início do século XX (RONDON, 1946)

O que vemos sugere uma outra prática cultural relacionada ao preparo da alimentação indígena Urupá: o moqué. Este é um recurso que já conhecia por meio da literatura e que depois observei em um ritual festivo, a festa do Jacaré realizada pelo povo indígena Arara Karo de Ji-Paraná, Rondônia. Trata-se de um tipo de “churrasqueira” tradicional, um suporte feito a partir de pedaços de madeira em formato de forquilha que sustentam uma grade, utilizado por vários povos indígenas para assar diferentes tipos de carnes, seja no cotidiano, seja em contextos ritualísticos, caso como o dos Tupinambá:

[...] uma espécie de grelha de madeira que dão o nome de bucan, moqué. Essa grelha é formada de quatro forquilhas de madeira, da grossura de uma perna, fincada no chão em forma de quadrado ou retângulo e sobre as quais se colocam duas varas com outras menores atravessadas e próximas umas das outras. [...]. (D'ABBEVILLE, 1975, p. 233).

A imagem, conforme o próprio Marechal informa, é a de um “[...] indivíduo encontrado no serviço de exploração e levantamento do Rio São Miguel [...]” (RONDON, 1946, p. 121). Apesar da pouca visibilidade, parece que há um animal sendo preparado no moqué. Esse recurso assegura não apenas o processo do assado, mas também a conservação já que o fogo é brando. Permite afirmar que, após o contato, a prática cultural de moquear a carne permanecia entre os Urupás.

Outro artefato cultural importante utilizado pelos Urupás que foi possível localizar foram as flechas, provavelmente fotografadas em 1912 pela Comissão Rondon junto com aquelas do povo Nambikuara:

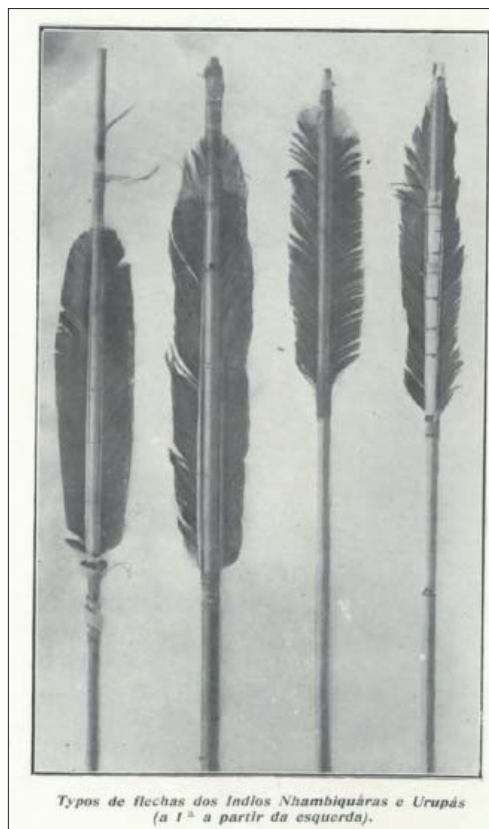


Imagem 9 – Flechas Urupás

A sistematização apresentada neste tópico evidencia fragmentos historiográficos que o Povo Urupá falava uma língua pertencente à família linguística Txapakura, praticava rituais funerários guardando a ossatura de parentes em artefatos cerâmicos e, como outros povos, utilizavam o processo de moqueamento para o cozimento de seus alimentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em tela correspondeu a um estudo iniciado em 2005 sobre o Povo indígena Urupá, considerado extinto desde o começo do século XX. A razão mobilizadora desta pesquisa ancorou-se na forte presença do nome dessa etnia na cidade de Ji-Paraná e redondezas. Além de ter sido o primeiro nome desse município, seguido depois de Presidente Pena, Rondônia, Vila de Rondônia e por último, Ji-Paraná, é o nome de um rio dentro da cidade e nomeia vários órgãos públicos e comerciais da região.

Este levantamento resultou em uma primeira publicação: “Pedagogia Arqueantropológica: na trilha dos Urupá” (NEVES, 2012). Na oportunidade, tratou da apresentação de dados preliminares sobre esse Povo indígena habitante das margens do afluente de mesmo nome da etnia, um dos formadores do Rio Machado, no município de Ji-Paraná, estado de Rondônia. Posteriormente foi dada continuidade à pesquisa em um ritmo mais lento e com ênfase na pesquisa bibliográfica e documental, no período de 2013 a 2016.

Esta, uma reflexão historiográfica pensada em uma perspectiva educativa provocada pela Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura indígena no currículo da educação básica das escolas brasileiras – atividade do GPEA, da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Ji-Paraná. Uma contribuição aos saberes locais e ao silêncio da História Regional sobre a memória indígena de Rondônia e da Amazônia.

Apesar da escassez das fontes, ao que tudo indica, os Urupás ocuparam, por um certo tempo, o rio Madeira com deslocamentos seguidos depois para o rio Guaporé, o Mamoré e seus principais afluentes, por último se deslocaram para o afluente do rio – chamado na época de Ji-Paraná – margem esquerda que leva até hoje o nome desse povo indígena, pertencente à família linguística Txapakura. Além da localização dos diferentes espaços de perambulação e dos dados linguísticos, foi possível ter acesso a imagens coletadas por Rondon no início do século passado.

Nas margens do Rio Urupá, no tempo do verão, foi possível encontrar alguns artefatos cerâmicos, machadinhas feitas de pedras de vários tamanhos e concavidades que sugerem a existência de possíveis oficinas para confecção delas. Mas não conseguimos relacioná-la aos Urupás, pois não localizamos estudos arqueológicos sobre os Txapacura a partir dessas especificidades.

Verificamos também que estabeleceram contato com os seringalistas e religiosos salesianos e, em decorrência disso, sofreram com doenças como gripes e varíola, responsáveis pela drástica redução populacional, além de expropriação territorial e trabalho escravo dado comum às populações indígenas desse período.

Tiveram conflitos com outros povos indígenas, moraram na Colônia Rodolfo de Miranda implantada, em 1914, pelo SPI, a chamada “babel” indígena onde há um registro de um casamento interétnico. Em relação aos aspectos culturais, sabemos que faziam uso de uma pintura facial feita de jenipapo ao redor dos lábios – possível elemento identitário, e utilizavam, em seus rituais funerários, urnas, vasilhames cerâmicos para depósito das ossadas de parentes.

Os dados sistematizados e disponibilizados sobre o Povo Indígena Urupá são importantes para compreendermos um pouco da história dos índios do passado e sua relação intrigante com o presente. Um olhar para o longínquo século XIX e um pouco do século XX que atestam como as disputas territoriais, os conflitos culturais, as relações de poder desproporcionais, a mentalidade e a força colonizadora e religiosa, dentre outros elementos a serviço do grande capital, culminaram com a redução extrema desse grupo étnico.

Mas algo ficou. A palavra Urupá continua interpelando e mobilizando a pesquisa acadêmica. Vestígios permaneceram... Levados pelo vento em diferentes lugares de Ji-Paraná e região, a palavra Urupá – o nome do povo exterminado, de boca preta de jenipapo, que chamava olho de “tükesi” em Txapacura – ecoa todos os dias, nas vozes de muitos que nem sabem de sua história e do que a civilização fez com eles: no nome do rio, no nome da escola, no nome do bairro, no nome do café... Urupá... Urupá... Urupá...

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carina Santos de; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. O impacto da colonização e imigração no Brasil meridional: contágios, doenças e ecologia humana dos povos indígenas. *Tempos Acadêmicos*, v. 06, p. 1-18, 2008. Disponível em: <periodicos.unesc.net/historia/article/download/431/440>. Acesso em: fev. 2014.

ANDRADE, O. *O santeiro do mangue e outros poemas*. São Paulo: Globo; Secretaria do Estado da Cultura, 1991.

APONTES, Selmo Azevedo. *Descrição gramatical do Oro Waram, variante Wari' norte (Pakaa Nova, Txapacura): fonologia, morfologia e sintaxe*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, MG. 2015.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0104-93132006000100002&pid=S0104-93132006000100002&pdf_path=mana/v12n1/a02v12n1.pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CEB nº 14/2015*, de 11 de novembro de 2015. Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27591-pareceres-da-camara-de-educacao-basica-14-2015-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. *Lei nº 11.645*, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de

ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. Ministério da Educação. Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. *Cadernos Secad*, Brasília, DF, caderno 3, 3 abr. 2007.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Lei n.º 939*, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 jan. 2011.

BORGES, Aline de Gregório Alves. Colonização e descolonização em Diaruí, um olhar sob a perspectiva do indígena. *Revista Igarapé*, Porto Velho, RO, v. 4, n. 1, p. 51-68, set./dez. 2014.

CAVALCANTE, Washington Heleno. *O Posto Indígena Rodolpho Miranda e os índios Arí-kemes: processo de desagregação cultural sob a tutela do SPI*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., 23-25 set. 2014, Jataí. *Anais...* Jataí: UFG. Disponível em: <[www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(274\)](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(274))>. Acesso em: 20 out. 2015.

CRUZ, Daniel Gabriel da. *Lar, doce lar? Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

D’ABBEVILLE, Claude. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUGO, Vitor. *Desbravadores*. 2. ed. Rondônia: BERON, 1991a. v. I.

_____. *Desbravadores*. 2. ed. Rondônia: BERON, 1991b. v. II.

LEONEL JR., Mauro. *Etnodécia Uruéu-au-au: o endocolonialismo e os índios no centro de Rondônia, o direito à diferença e à preservação ambiental*. São Paulo, SP: IAMÁ; FAPESP, 1995.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. Lisboa: Ed. 70; São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MANO, Marcel. A cerâmica e os rituais funerários: xamanismo, antropofagia e guerra entre os Tupi-Guarani. *Interações – Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, v. 4, n. 5, p. 111-128, jun. 2009. Disponível em: <periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes>. Acesso em: 15 maio 2015.

MEIRELES, Denise Maldí. *Guardiães da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Vozes, 1989.

MILLER, Eurico Theofilo. A Cultura Cerâmica do Tronco Tupí no alto Ji-Paraná, Rondônia, Brasil: algumas reflexões teóricas, hipotéticas e conclusivas. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 35-136, jul. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/7964/6069>>. Acesso em: 15 maio 2014.

NEVES, Josélia Gomes. Pedagogia Arqueantropológica: na trilha dos Urupá. *Partes*, São Paulo, ano V, set. 2012. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/urupa.asp>>. Acesso em: 22 maio 2014.

_____. Currículo intercultural: processo de aplicação da Lei 11.645 / 2008 nas escolas públicas da Amazônia. *Partes*, São Paulo, v. 15, 2013. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/2013/05/15/curriculo-intercultural/>>. Acesso em: 17 out. 2014.

NIMUENDAJU, Curt. *Textos indígenas: relatórios, monografias, cartas*. São Paulo: Loyola, 1982.

_____. Os Índios Parintintin do Rio Madeira. *Journal de la Société des Américanistes*, Paris, v. 16, n. 1, p. 201-278, 1924. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jsa_0037->. Acesso em: 10 mar. 2015.

NIMUENDAJU, C.; BENTES, E. H. R. do Valle. *Chapacura Wanham, Madeira*. Colaboração de Victor A. Petrucci. *Wikipédia*, [s.d.]. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Urup%C3%A1s>>. Acesso em: 5 maio 2009.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Rompendo o silêncio: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. *Alagoas Real*, Alagoas, 5 fev. 2012. Disponível em: <<http://alagoasreal.blogspot.com.br/2012/02/rompendo-o-silencio-por-uma-revisao-do.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Índios do Brasil do Centro ao Noroeste e Sul de Mato-Grosso*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; CNPI, 1946. v. I.

RONDÔNIA. *Convênio nº 001*. Unir e o município de Ji-Paraná, objetivando a cooperação financeira e administrativa do Campus Urupá da Fundação Universidade de Rondônia. Ji-Paraná: UNIR, junho, 1988.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Rondônia*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1975.

SANTOS, Matias Belido dos. *Práticas mortuárias entre os povos indígenas no Pantanal Mato-Grossense: arqueologia, etno-história e etnologia*. 2009. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2009.

SCARAMUZZA, Genivaldo Frois; COSTA, Keila Dias. Por uma Pedagogia Arqueantropológica: refletindo os achados pré-históricos em Rondônia, resgatando o saber local. *Naya*, 2015. Disponível em: <<http://www.equiponaya.com.ar/articulos/educacion01.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SILVA, Amizael Gomes da. *No rastro dos pioneiros: um pouco da história rondoniana*. Porto Velho: SEDUC, 1984.

SILVA, Cliverson Gilvan Pessoa da.; COSTA, Angislaine Freitas. Um quadro histórico das populações indígenas no alto Rio Madeira durante o século XVIII. *Amazonica - Revista de Antropologia*, Belém, PA, v. 6, n. 1, p. 110-139, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/viewFile/1751/2188>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SILVA, Otavio F. Ferreira. *Exploração e levantamento do rio Jamari*. Rio de Janeiro: Papelaria Luiz Macedo, 1920.

TAVARES, Manuel. Despensar as pedagogias coloniais e os seus pressupostos epistemológicos. In: COLÓQUIO DE PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES. PEDAGOGIAS ALTERNATIVAS, 8., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Uninove, 2011. Disponível em: <http://www.uninove.br/marketing/viii_coloquio/pdfs/Manuel_Tavares.pdf>. Acesso em: 12 out. 2013.

VILAÇA, Aparecida. *Quem somos nós: os Wari' encontram os brancos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.